

A seca no discurso da Assembleia Legislativa Provincial no Rio Grande do Norte (1877-1879)

Cleópatra de Melo

Graduanda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A Província do Rio Grande do Norte foi acometida pelo fenômeno da seca durante os anos entre 1877 a 1879. Logo, a seca dos anos finais do século XIX foi discutida como "problema" específico de algumas Províncias no Brasil de modo que constituiu-se um discurso nacional sobre a temática.

Este trabalho objetiva analisar, a seca como discurso da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte levado ao governo central da Corte Imperial no Rio de Janeiro.

A partir de uma análise dos Relatórios de Província do Rio Grande do Norte (1877-1879) então busca-se pensar aqui: qual a competência da Assembleia Provincial Legislativa em torno da temática da seca? O discurso da seca produzido pela Assembleia Legislativa Provincial seria um discurso resultante de um interesse específico que tinha pretensões de ser levado à instância do governo Central? Quais as relações de poderes intrínsecas na elaboração de um discurso de combate à seca no século XIX? Qual é a postura, a preocupação da Corte Imperial diante esse discurso?

Palavras Chaves: Seca; Assembleia Legislativa Imperial; Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte; Migração; Província

O recorte regional chamado hoje de Nordeste não existia até os primeiros anos do século XX. O Brasil era dividido em duas áreas, o Norte e o Sul. O conceito de Nordeste surgiu entre o final da década de dez e a década de trinta do século XX, esta palavra passou a ser utilizada para nomear uma parte do antigo Norte, aquela região com ocorrência das secas. Então parte dessa região Norte do Brasil, hoje o Nordeste brasileiro, passou por vários períodos de secas ao longo de sua história. Entre essas secas, a de 1877 a 1879, foi uma das mais devastadoras na província do Rio Grande do Norte e nas províncias vizinhas. Logo, o presente artigo tem como objetivo a análise do discurso da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte sobre a seca. Buscamos identificar em que medida esse discurso traduziu-se no imaginário da "Grande Seca". Como os documentos da Assembleia Legislativa Provincial eram remetidos ao governo central da Corte Imperial, no Rio de Janeiro, é possível que houvesse alguma relação entre o discurso elaborado no Rio Grande do Norte e o Imperial acerca do fenômeno das secas e suas consequências nos limites norte rio-grandense.

Partindo do pressuposto de que a seca não é apenas um fenômeno natural, ocasionada pela escassez periódica de chuvas ou por sua irregularidade nos meses de inverno, na região Norte ela se acentuou pelo fato de atingir, principalmente no final do século XIX, pessoas que não tinham condições mínimas para amenizar os seus efeitos, como também não recebiam de maneira efetiva a ajuda provincial. Portanto, podemos inferir que a seca não é apenas um problema de ordem climática, mas também se revela como uma questão de âmbito social, político e econômico, uma vez que constituem um quadro mais amplo e complexo. Sendo assim, esta pesquisa é relevante, pois pretende analisar os discursos dos membros da Assembleia Legislativa Provincial do RN como forma de reinterpretar o fenômeno da seca.

A temática da seca emerge como assunto privilegiado e que vem a obscurecer o tratamento de qualquer outro tema ou problema nessas províncias. Ela aparece como tema privilegiado no discurso regionalista das elites nortistas, tendo servido como justificativa para a solicitação de recursos, de investimentos, de sucessivos pedidos de cancelamento de dívidas por parte dos produtores rurais, para a suspensão de impostos e pela criação de órgãos e cargos públicos aonde vão se alojar pessoas ligadas as elites regionais. Por isso o discurso da seca foi um dos problemas em que as elites regionalistas articularam politicamente construindo uma imagem da seca como sendo o único grande problema deste espaço.

A tragédia social oriunda desta terrível seca chegou ao conhecimento do Imperador através de representantes políticos do Norte na Corte. Após tomar ciência de todo contexto dramático das províncias atingidas pela crise, D. Pedro II inicia várias reuniões e planejamentos com o intuito de levar soluções para as regiões afetadas. No ano de 1877, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro iniciou diversas reuniões com estudiosos na busca de soluções. Os projetos formulados em torno das secas foram, primeiramente, concebidos por Viriato de Medeiros, o qual teceu relevante estudo sobre as causas da crise climática e as possíveis soluções ao problema. Ele defendeu a necessidade de serem instalados postos meteorológicos nas áreas castigadas pela seca, pois só conhecendo a regularidade exata das chuvas ocorridas é que se poderia saber das condições necessárias para combater o efeito climático da estiagem. Porém, foi logo criticado por outros técnicos da Corte e seu projeto foi deixado de lado. O engenheiro André Rebouças foi outro técnico que desenvolveu estudos que sugeriram medidas práticas a serem executadas pelo Governo Imperial, como represas nos rios e açudes nas localidades que para tal fim fossem mais apropriadas ao abastecimento no mesmo interior e prolongar algumas estradas. Entretanto, após discussões em Outubro de 1877, no

Instituto Politécnico, tais medidas de combate às secas, após terem sido aprovadas em sessão e de terem sido encaminhadas em forma de lei ao governo, o documento foi recolhido e arquivado. Assim, a política de combate às secas foi toda perpassada por interesses econômicos e políticos da elite local, que se apropriava do Estado para legitimar algumas de suas finalidades. A situação de flagelo da população, executava socorros paliativos e insuficientes para a emergente situação

“A situação, pois, é gravíssima”¹. Em 18 de Outubro de 1877, o presidente da Província José Nicolau Tolentino de Carvalho, denunciava, em seu relatório, a situação das finanças governamentais. Esta afirmação foi proferida por Tolentino ainda no primeiro ano de seca. Essa situação arrastar-se-ia por um período de três anos, fazendo com que a população afetada pela falta de chuva iniciasse um movimento migratório para as regiões litorâneas da província, como podemos observar no fragmento seguinte: sem pão, e muitos sem lar, pois que levados pelos horrores da fome abandonaram-se em procura dos recursos que lhes faltam, imploram a esmola, a caridade pública!²

A seca causava transtornos não só nas regiões atingidas, mas em toda província. Além de lidar com a fome dos migrantes e o desabastecimento de gêneros alimentícios de quase toda sorte, o governo tinha ainda que lidar com os escassos recursos financeiros para prover todo esse povo. Contudo, as consequências se mostrariam mais vorazes tanto pela falta de infraestrutura na capital para receber tantos flagelos, como pela a proliferação de doenças, e de problemas de segurança pública, desde a manutenção das insalubres cadeias aos constantes delitos que cresciam em proporção com a chegada dos vitimados pela seca, o que, conseqüentemente ocasionava certo temor nas elites. Um grande contingente populacional “invadiu” a capital, mas não se concentraram apenas nela, visto que se deslocavam para as comarcas de Mossoró, Macau e Ceará-Mirim trazendo preocupações às autoridades, principalmente quanto a ordem pública.

Por diversas vezes alguns grupos em numero superior a duas mil pessoas, armadas de cacetes percorrem as ruas publicas da cidade gritando em altas vozes, que os membros da comissão lhes hão de dar alimentos, saiam donde sahirem, chegando ao ponto de atacarem um dos comissários, que tinha em seu poder as chaves do armazém, em que se depositam os gêneros.³

As medidas oficiais de combate aos flagelos das secas eram de caráter puramente assistencialista e emergencial, organizadas apenas nos anos que o fenômeno

climático surgia com violência. Não havia uma política sistemática e perene que abarcasse o conjunto de problemas socioeconômicos relacionados, dos quais a migração dos sertanejos miseráveis em direção aos centros urbanos política ou economicamente, ou ambos, mais avançados, ao litoral, era a sua face mais visível. Muito ao contrário, ora a omissão, ora a inserção na estrutura política oligárquica, marcavam a política desses ditos socorros públicos.

Por iniciativa do governo provincial do Rio Grande do Norte, na administração Lobato Marcondes, a criação de colônias agrícolas para fixação dos retirantes fora da capital: nem no campo ou nas pequenas vilas e cidades de origem nem em Natal, Macau Mossoró e Ceará-Mirim, cuja situação sanitária permanecia em constante desequilíbrio com a frequência das epidemias. Foi uma tentativa para evitar as grandes aglomerações de retirantes. Por serem, ao mesmo tempo, justificativa para envio de receita extras do governo central, mão-de-obra nas reformas urbanas, culpado pela insalubridade e falta de higiene pública. A aglomeração desses flagelados na cidade que já não tinha muita infraestrutura ocasionava uma desordem que desagradava e intimidava a elite.

A situação financeira da província que já não era satisfatória piorava cada vez mais. Em decorrência da seca, a atividade de lavoura foi reduzida, como também a arrecadação de uma de suas maiores fontes de receita, o dízimo do gado, a qual decaiu quase pela metade na tentativa de continuar arrecadando. Além disso, a província teve uma drástica redução na coleta de impostos, como o de exportação. Como tentativa de amenizar o quadro gravíssimo pela qual a província se encontrava, foram tomadas medidas imediatas na tentativa de conseguir receita para sanar as adversidades impostas pela seca. Junto ao Governo Central foram solicitadas inúmeras ajudas ao longo de todo período de crise, como por exemplo, a quantia de 30:000\$000 réis expedido pelo Ministério da Fazenda no ano de 1878 para a compra de donativos⁴. Também foram buscadas outras fontes de recursos, tais como doações de particulares, de presidentes de outras províncias (a exemplos de Pernambuco e Paraíba), ou até empréstimos feitos ao Banco do Brasil.

Foram criadas Comissões de Socorros a fim de auxiliarem na prestação de donativos, bem como de fornecer ajuda médica aos retirantes doentes, e na distribuição de sementes de cereais e caroços de algodão para os agricultores. No entanto, já em 1878, Manuel Montenegro restringe a doação de socorros àqueles saudáveis ou em condições de trabalho, o qual era gratificado com farinha e/ou cereais. Esta medida teve

como objetivo efetuar o controle de indigentes e migrantes os quais não seriam mais sustentados pela política de ajuda caso não trabalhassem nas obras públicas, sendo assim, a distribuição desses gêneros de forma gratuita limitar-se-ia a cegos, idosos, doentes e crianças.

Podemos inferir que os discursos entre os governantes da província, não se entendiam quanto às medidas adotadas para solucionar o problema da seca. Há nos relatórios uma evidente indefinição nos discursos dos presidentes, que ora estabelece uma sensação de controle sobre as questões de ordem pública, mas que por vezes acaba revelando um quadro que não condiz com o que fora dito anteriormente. O Presidente da Província no ano de 1880, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, questiona as despesas tidas no intervalo de abril de 1878 a fins de fevereiro de 1879 que em caso algum poderiam chegar à 600:000\$000 réis, acreditando o mesmo que o dispêndio tido com a seca na província do Rio Grande do Norte não passaria de 6.800:000\$⁵.

Com a maior valorização da economia cafeeira no sul do país, as províncias do nordeste, com produção do açúcar e a pequena agricultura foram afetados pela concorrência externa oriunda das Antilhas. Desse modo, a região nortista ficou à margem dos investimentos e atenções do imperador, os quais estavam voltados para a cultura cafeeira. Desde esse momento, provavelmente o Norte começou se diferenciado do Sul do país, o que tornou províncias como o Rio Grande do Norte um local marginalizado das atenções da política imperial. Exemplo desse aspecto foi o fato da economia açucareira não ser mais rentável, momento quando, cada vez mais, os escravos foram vendidos para a área de produção cafeeira. Nesse mesmo momento a região Sul era o polo de desenvolvimento no Brasil, sendo o Rio de Janeiro a capital do Império, São Paulo em plena modernização. Essas áreas passavam por um tempo de modernização e de novas ideias: o surgimento no Brasil das ideias liberais, as ideias antiescravistas. Já o Norte do Brasil estava tendo seus senhores de engenhos endividados e decaindo. A sociedade agrária e patriarcal dos engenhos e do açúcar já não é mais tal visada.

Houve por parte do Governo Imperial uma maior atenção ao fenômeno, que foi intensamente divulgado pela imprensa local, que explorando as imagens de desespero, miséria e dor que ocorriam no período de estiagens, contribuiu para mostrar à opinião pública e aos órgãos administrativos a emergência social oriunda desta crise climática. Essa ação possibilitou uma maior divulgação de imagens e argumentos em forma de “discursos da seca” efetuados por membros da sociedade cearense⁶.

Assim como podemos observar no fragmento acima, Durval Muniz nos mostra que os discursos da seca são apresentados, de certa forma, no intuito de se chamar a atenção para se cobrar, atrair investimentos maiores da Corte Imperial para a região Norte. Não negamos aqui, que a seca não arrasava as terras do norte e não produziram consequências inegáveis a essa região, entretanto, a forma como o seu discurso foi abordado acabou legitimando a seca como o único problema da região Norte. A seca foi transformada, nos discursos e representações das elites oligárquicas, política e econômica, na raiz dos problemas que assolavam o norte: a miséria, a pobreza, as altas taxas de mortalidade, o enfraquecimento dos corpos que permitia a proliferação das epidemias, a desestruturação econômica. Assim, deslocava-se o foco das tensões políticas e da estrutura econômica que estavam na origem destas questões para a capacidade do homem transformar a natureza, moldando-a segundo seus interesses através da ciência.

Assim sendo é sabido que a seca não é apenas um problema climático que atinge várias regiões áridas. De acordo com as ideias trabalhadas por Durval, antes da própria invenção da ideia de Nordeste, a seca aparece como problema em volta do qual essas elites do antigo Norte se articularam politicamente, criando um discurso e inúmeras práticas regionalistas que acabaram por compor a identidade regional nordestino, contribuindo para que essa seca fosse vista como o único problema ambiental deste espaço. Entretanto, o problema climático característico dessas regiões tem como ser enfrentado com soluções mais eficazes do que com conformismo e medidas assistencialista. Com estudos técnicos e infraestrutura essa população pode conviver e permanecer nessas regiões durante esse período natural.

Detecta-se que a crise da seca no Rio Grande do Norte Imperial e, em províncias vizinhas, foi um fato que ocasionou forte impacto socioeconômico para essas sociedades, tendo por consequência, ciclos memoráveis de crises climáticas que assolaram de forma calamitosa os pobres agricultores do interior da província, principalmente, a Grande Seca de 1877 a 1879. O flagelo social dos sertanejos foi decorrente de problemas em relação às secas que não receberam soluções precisas ou definitivas por parte do Governo Imperial. Pois, com a marginalização da província às atenções da política nacional, não houve o devido enfrentamento da crise social com a execução de obras.

Sobre a administração instaurada por D. Pedro II nos combates das secas, ficou a conclusão de que não foram executadas grandes obras e que diversos projetos apresentados por técnicos foram arquivados.

O combate às secas ou a política de enfrentamento do problema era toda perpassada pelos interesses da elite econômica e política provincial, a qual tentou amenizar as consequências dessas secas, mas que também, através de manipulação de interesses ou de ilícitas vantagens que obtinham à custa do sofrimento das vítimas das secas não contribuíram muito para a criação de soluções mais eficazes.

O governo provincial era subordinado e limitado ao poder do Governo Central e com isso não podia nos períodos mais críticos de estiagem lidar melhor com os necessitados. Esse fato aparece bem nos discursos da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Porém, para que pudesse receber mais assistência financeira, acabava legitimando um discurso que vai caracterizar a região norte como tendo apenas o problema da seca. Assim os poucos recursos recebidos acabam não sendo bem utilizados nos socorros públicos e nem para outras necessidades da Província.

A análise do discurso da seca como um debate alimentado pela Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte tem o interesse de se ver a seca por um cunho sócio-político, não esquecendo o fato deste também ser um fenômeno climático. A seca constitui, principalmente, um fato social de múltiplas implicações; bem como modificou as ações de seus respectivos atores: governo imperial, elite local e flagelados da seca.

Ao analisar essa documentação fica perceptível uma nova reinterpretação desse fenômeno da seca. A um forte interesse entre a elite, a Assembleia e o Governo Imperial com relação à seca.

Notas

¹ Relatório com que o exm. Sr. Dr. José Nicolau Tolentino de Carvalho, Presidente da Província passou a administração dela, ao vice-presidente, exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro; em 6 de março de 1878. Rua da Conceição tip. do Correio do Natal. P. 27

² Fala com que o exm. sr. doutor José Nicolau Tolentino de carvalho abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte, em 18 de outubro de 1877. Pernambuco tip. de M. Figueiroa de Faria & Filhos 1877. P. 58

³ Op. Cit. P. 23

⁴ Ibid. p. 27

⁵ Relatório com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878, o 1º vice-presidente o exm. sr. dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco tip. do Jornal do Recife 47 – Rua do Imperador – 47, 1879. P. 39

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que Calcinam, Palavras que Dominam: a invenção da seca no Nordeste. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de História, vol. 14, número 38, 1994